



iPCCG

Instituto Português de
Corporate Governance

L.
11/11

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

Direção

João de Almada Moreira Rato – Presidente

Duarte Maria de Almeida e Vasconcelos Calheiros – Vice-Presidente

Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral - Vogal

Clementina Maria Dâmaso de Jesus Silva Barroso – Vogal

Diogo Moreira-Rato – Vogal

Joana Torres Ereio - Vogal

José Costa Pinto – Vogal

Mesa da Assembleia Geral

Daniel Proença de Carvalho – Presidente

Secretária – Marta Alves Gomes Saldanha

Conselho Fiscal

Manuel Ramos de Sousa Sebastião – Presidente

Paulo Fernando Bandeira – Vogal

Pedro Miguel Mendes – Vogal

L. 1/6

Conselho Geral

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa (Presidente)

Altri, SGPS, S.A. (representado por Alberto Castro)

Banco BIC Português, S.A. (representado por José de Azevedo Pereira)

Banco BPI, S.A. (representado por Luís Graça Moura)

Banco Comercial Português, S.A. (representado por Ana Moniz Macedo)

Beatriz Pessoa de Araújo

Caixa Geral de Depósitos, S.A. (representada por Paulo Macedo)

CTT - Correios de Portugal, S.A. (representados por Margarida Couto)

EDP – Energias de Portugal, S.A. (representada por Ana Paula G. de Pina Marques)

EDP Renováveis, S.A. (representada por José Morgado)

Galp Energia, S.A. (representada por Nuno Moraes Bastos)

João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento

Luís Fernando de Mira Amaral

Luís Manuel Pêgo Todo Bom

Manuel Maria Simões Nunes Agria

Maria Luísa Falcão Líbano Monteiro Antas

NOS, SGPS, S.A. (representada por António Lobo Xavier)

Novo Banco, S.A. (representado por Patrícia Afonso Fonseca)

Pharol, SGPS S.A. (representada por Luís Maria Viana Palha da Silva)

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (representada por José Luís Arnaut)

Semapa, SGPS, S.A. (representada por Rui Gouveia)

Vítor Augusto Brinquete Bento

Exmos. Senhores Associados

A Direção do Instituto Português de Corporate Governance (“IPCG”) apresenta o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2024, em conformidade com os Estatutos e a legislação aplicável.

1. Introdução

Durante o ano de 2024, o IPCG reforçou a sua posição no ecossistema empresarial português, alargando a base de associados e de empresas monitorizadas, estabelecendo parcerias, reforçando a formação executiva e promovendo eventos de relevância estratégica.

2. Atividades Realizadas

O IPCG realizou e/ou participou em diversas atividades de formação, disseminação de conhecimento, debate e desenvolvimento institucional.

2.1. Iniciativas do IPCG e Parceiros

- **Formação de mentores em Corporate Governance (Metamorfose):** 21 de fevereiro e 11 de março, formação oferecida pelo IPCG à Associação Business Roundtable Portugal (“ABRP”), no âmbito do programa Metamorfose.
- **Seminário "Dinâmicas de Boards":** 27 de março.
- **Programa Avançado para Administradores Não Executivos (“PAANE”):** 11.ª edição (10, 11, 17 e 18 de maio) e 12.ª edição (15, 16, 22 e 23 de novembro).
- **2.ª Reunião do Comité de Sustentabilidade da GS1 Portugal | Governança enquanto Pilar de Sustentabilidade:** 14 de maio.
- **International Workshop Corporate Governance Discoveries and Innovations:** 8 de julho, organizado com o Instituto Jurídico da Universidade de Coimbra.

- **Recomendações para a Governance das Empresas do Setor Empresarial do Estado:** apresentação ao Governo e líderes parlamentares do PS e PSD: maio – julho 2024.
- **Apresentação do estudo "Generative AI Governance Survey":** 11 de julho, em parceria com a KPMG Portugal e o Jornal Económico.
- **Segunda edição da Conferência "ESG Environmental, Social and Governance":** 17 de setembro, em parceria com a Deloitte Portugal, a EY Portugal, a KPMG Portugal e a PwC Portugal.
- **Workshop "The PSI 2024 Proxy Season":** 16 de outubro, em parceria com a Sodali e a AEM.
- **Estudo "The State of Board Diversity: Portugal's Journey (2013-2023) and Its Place in Europe in 2023":** 29 de outubro, em parceria com a Odgers Berndtson Board Solutions e a SRS Legal.
- **Apresentação do Relatório Anual de Monitorização do Código de Governação das Sociedades referente ao exercício de 2023:** 20 de novembro.
- **Primeira edição da Conferência "Sustentabilidade: Governance e Transparência":** 12 de novembro, em parceria com as sociedades de advogados patrocinadoras.
- **Programa Avançado em Inteligência Artificial para Administradores ("PAAIA"):** 5, 6 e 7 de dezembro.

2.2 Participação em Iniciativas de Terceiros

- **Conferência | Desafios da Governação ESG – Da Inteligência Artificial às Novas Regras Europeias:** 24 de janeiro.
- **Conferência da iniciativa Negócios Sustentabilidade 20|30 dedicada ao pilar da governação:** 2 de fevereiro.
- **Power to: entrevista a João Moreira Rato pela Portuguese Women's Equality Observatory:** 5 de fevereiro.
- **Aula aberta: "Código de Ética/Conduta e Cultura Organizacional":** 22 de fevereiro, Universidade Católica Porto Business School.
- **Ciclo Temático de Webinars "A Lei de Cadeias de Fornecimento ESG":** 14 de maio.

- **Apresentação do livro "Sustentabilidade: Um Desafio Coletivo", Tinta da China:** 16 de maio.
- **Pequeno Almoço Executivo: ESG: Desafios da Governance:** 30 de maio, evento promovido pelo Jornal Económico.
- **Special Report ESG: Quais os desafios da Governance:** 4 de junho, debate promovido pelo Jornal Económico.
- **Head to Head | Governança Corporativa:** 4 de julho, debate promovido pelo World Trade Center Lisboa.
- **Programa Empresas Turismo 360.º:** 25 de setembro.
- **9.º Congresso GS1 Portugal | Sustentabilidade e Transição Digital:** 3 de outubro.
- **Aula Aberta: Curso Executivo de Ética, Compliance e Whistleblowing nas Organizações:** 24 de outubro, organizado pela Universidade Católica Porto Business School.
- **Conferência "Descarbonização: Que caminho para Portugal?":** 15 de novembro, organizada pelo Jornal Público.
- **Aniversário Sandbox Market4Growth:** 4 de dezembro, organizado pela CMVM.

3. Monitorização do Acolhimento do Código de Governo das Sociedades do IPCG

Durante o ano de 2024, completou-se o sexto processo de monitorização do Código de Governo das Sociedades do IPCG ("CGS"). Tratou-se da primeira monitorização do CGS revisto em 2023. Foram objeto da monitorização 36 empresas*, incluindo as 16 empresas que à data integravam o índice PSI, 18 empresas cotadas não integrantes do índice PSI, bem como 2 empresas não cotadas.

* À data do relatório eram associadas do IPCG 13 empresas integrantes do PSI, 5 empresas cotadas não integrantes do PSI e as 2 empresas não cotadas.

Deste exercício resultou a conclusão de que em 2023 a percentagem global de acolhimento do CGS, no total das empresas emitentes monitorizadas, com respeito à totalidade das recomendações e subrecomendações, ascendeu a

cerca de 87%. No caso das empresas cotadas do PSI, esta percentagem foi de 94%.

Por referência a 2022, verificou-se uma melhoria de quatro pontos percentuais (dos 83% para os 87%) no total das empresas emitentes consideradas e uma estabilização, traduzida num ligeiro decréscimo de 4 décimas, no universo das empresas que integram o PSI (refletindo-se, apenas por força do arredondamento à unidade, na passagem de um acolhimento de 95% para 94%).

O Relatório Anual de Monitorização foi apresentado e publicado em novembro.

O IPCG continua a atualizar o seu repositório de todos os relatórios de governo societário publicados pelas sociedades emitentes desde 2018, no que se crê ser o mais completo, a este nível, em Portugal.

O IPCG angariou mais uma empresa não cotada (Brisa – Auto Estradas de Portugal, S.A.) para o processo de monitorização do CGS para o exercício de 2024.

4. Ação formativa

Em 2024, o IPCG reforçou o seu compromisso com a disseminação das boas práticas de Corporate Governance, oferecendo uma série de programas de formação.

O IPCG continuou a promover o Programa Avançado para Administradores não Executivos (PAANE), mantendo-se o modelo de em cada ano oferecer duas edições do Programa, e lançou o Programa Avançado em Inteligência Artificial para Administradores (PAAIA). Ambos os programas formaram novos administradores e gestores das mais relevantes empresas nacionais, num total de 51 participantes.

No âmbito do Programa Metamorfose, o IPCG ofereceu duas sessões do Programa de Formação de Mentores em Corporate Governance, proporcionando uma formação exclusiva para executivos das empresas associadas da ABRP. Este curso, sem custos para os participantes, teve como objetivo capacitar os líderes para promover práticas de bom governance nas

PMEs, com foco na sua implementação e acompanhamento. Contou com a participação de 38 profissionais.

5. Relações com Associados

O IPCG manteve um diálogo muito ativo com todos os seus associados coletivos e individuais, não só através de convites para participar nas iniciativas organizadas ou coorganizadas pelo IPCG, como ainda pela disseminação junto dos associados de várias iniciativas promovidas por outras entidades relacionadas com as temáticas a que o IPCG está ligado.

O IPCG angariou 40 novos associados: o número de associados a título individual cresceu 6%, passando para 348, enquanto o número de empresas associadas aumentou 2%, subindo para 64, contabilizando-se no final do ano um total de 412 associados.

6. Relações institucionais

O IPCG manteve um diálogo ativo com as autoridades governamentais e de supervisão, em particular com a CMVM.

De igual modo, manteve-se um relacionamento próximo com a AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado e com a EURONEXT Lisbon, visando contribuir para o desenvolvimento e dinamização do mercado de capitais nacional.

Em novembro, o IPCG terminou a sua parceria com a ABRP no âmbito do Programa Metamorfose.

7. Estratégia de Comunicação

Em 2024, o IPCG reforçou a implementação de uma estratégia de comunicação mais dinâmica e abrangente, com o objetivo de reforçar a sua presença e influência na área de Corporate Governance.

A Direção incentivou uma participação mais ativa dos membros dos órgãos sociais em conferências e eventos relevantes, bem como a publicação de artigos

e posts nos meios de comunicação social, LinkedIn e IPCG Notícias. Como parte desta estratégia, foi também lançado, em julho, o videocast "Boa Governança", com o objetivo de promover o debate sobre temas essenciais de Corporate Governance.

As principais iniciativas incluíram a criação do Canal IPCG no YouTube, a adjudicação da renovação da identidade visual da instituição através de um novo logotipo, a contratação dos serviços de SEO (Search Engine Optimisation) para otimizar a presença digital do IPCG e ampliar o seu alcance, e a abertura de concurso para prestação de serviços de estratégia de comunicação institucional por agência de comunicação.

Esta estratégia teve como principal objetivo aproximar o IPCG dos seus associados, do tecido empresarial português, incluindo as pequenas e médias empresas (PMEs) e o sector empresarial do estado, e alcançar um público mais amplo, reforçando a consciencialização e a disseminação das boas práticas de Corporate Governance a diferentes níveis do setor empresarial e da sociedade em geral.

8. Organização e recursos

No ano de 2024, o IPCG consolidou reservas correspondentes a 12 meses de operação, visando assegurar a sua resiliência e sustentabilidade.

Mantiveram-se duas colaboradoras remuneradas e contrataram-se os serviços de Ana Bebiano como Diretora Geral (outubro).

No que se refere à CEAM (Comissão Executiva de Acompanhamento e Monitorização), com exceção dos representantes do IPCG e da AEM, os restantes membros da comissão, incluindo os membros da equipa de apoio, são remunerados.

9. Análise económica e financeira

As vendas e serviços prestados ascenderam a 413.953,75 €, o que representa um incremento de 14% relativamente a 2023. Este aumento é devido a um incremento no número de adesões ao IPCG, ao aumento das quotizações e às 3 edições do PAANE e PAAIA.

O IPCG teve um resultado líquido positivo de 35.105,01 €.

Nestes termos, propõe-se que o resultado líquido apurado, de 35.105,01 €, seja acrescido aos Fundos Patrimoniais.

A situação financeira do Instituto continua muito sólida e estável, com Fundos Patrimoniais na ordem dos 298.437,62 €, conforme proposta da Direção, e um passivo total de 80.270,72 €.

10. Agradecimentos

A Direção do IPCG agradece aos seus associados, coletivos e individuais, parceiros e patrocinadores pelo apoio contínuo e pela colaboração em 2024.

Foi também muito importante o apoio e orientação do Conselho Geral e do seu Presidente.

Uma palavra de muito apreço pelo irrepreensível relacionamento tido com o Conselho Fiscal e pela disponibilidade sempre demonstrada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

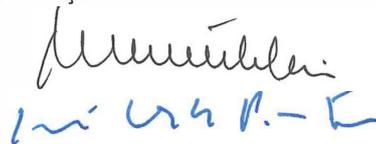
Finalmente, um agradecimento, muito merecido, à dedicação e profissionalismo da Ana Rita Vieira da Silva, adjunta da Direção, e da Susana Duque, Secretária.

11. Nota final

Os membros dos órgãos sociais não auferem qualquer remuneração, nem beneficiam de despesas de representação.

Lisboa, 14 de maio de 2025

A Direção



Handwritten signature and initials

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço em 31 de dezembro de 2024

(em euros)

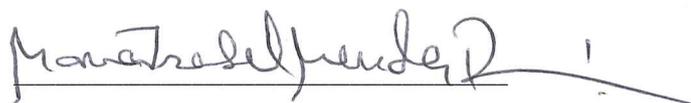
Rubrica	Notas	2024	2023
ATIVO			
<i>Ativo não corrente</i>			
Ativos fixos tangíveis	5	2.987,56	1.337,44
Ativos intangíveis	5		
Investimentos financeiros	5	130,88	130,88
Total ativo não corrente		3.118,44	1.468,32
<i>Ativo corrente</i>			
Créditos a receber	6	3.003,61	3.556,62
Adiantamentos a fornecedores	11	25.207,77	4.503,12
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	7	10.100,00	21.145,83
Diferimentos	8	12.938,12	13.547,41
Outros ativos correntes	13		1.633,80
Caixa e depósitos bancários	9	324.340,40	263.448,17
Total ativo corrente		375.589,90	307.834,95
Total ativo		378.708,34	309.303,27
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
<i>Fundos Patrimoniais</i>			
Fundos	10	263.332,61	246.769,91
Resultado líquido do período	10	35.105,01	16.562,70
Total fundos patrimoniais		298.437,62	263.332,61
<i>Passivo</i>			
<i>Passivo corrente</i>			
Fornecedores	11	2.785,72	6.395,71
Estado e outros entes públicos	12	12.690,43	16.104,28
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	7	235,00	160,00
Diferimentos	8	14.060,00	2.600,00
Outros passivos correntes	13	50.499,57	20.710,67
Total passivo corrente		80.270,72	45.970,66
Total passivo		80.270,72	45.970,66
Total fundos patrimoniais e passivo		378.708,34	309.303,27

Lisboa, 14 de maio de 2025

A Direção

O Contabilista Certificado n.º 7939





**Demonstração dos resultados por naturezas para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2024 e 2023**

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2024	2023
Vendas e serviços prestados	14	413.953,75	361.804,66
Fornecimentos e serviços externos	15	(292.205,72)	(269.867,44)
Gastos com o pessoal	16	(67.467,10)	(59.789,14)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	7	(1.895,83)	(625,00)
Outros rendimentos	17	3,93	2.062,16
Outros gastos	18	(9.988,95)	(4.731,47)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		42.400,08	28.853,77
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	(727,47)	(466,98)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		41.672,61	28.386,79
Juros e rendimentos similares obtidos	19	2.488,08	1.633,80
Resultado antes de impostos		44.160,69	30.020,59
Imposto sobre o rendimento do período	4-12	(9.055,68)	(13.457,89)
Resultado líquido do período	10	35.105,01	16.562,70

Lisboa, 14 de maio de 2025

A Direção

O Contabilista Certificado n.º 7939

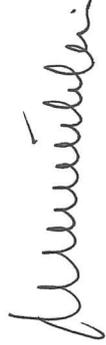


Demonstrações das alterações nos fundos patrimoniais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Rubrica	Notas	Fundos	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais (em euros)
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2023	10	189.725,16	57.044,75	246.769,91
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		57.044,75	(57.044,75)	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		57.044,75	(57.044,75)	16.562,70
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2023	10	246.769,91	16.562,70	263.332,61
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2024	10	246.769,91	16.562,70	263.332,61
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		16.562,70	(16.562,70)	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		16.562,70	(16.562,70)	35.105,01
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2024	10	263.332,61	35.105,01	298.437,62

Lisboa, 14 de maio de 2025

A Direção




O Contabilista Certificado n.º 7939



Demonstração de fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em euros)

Rubrica	Notas	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e associados		428.465,37	338.083,00
Pagamentos a fornecedores		(288.760,75)	(262.850,17)
Pagamentos ao pessoal		(65.999,10)	(59.682,91)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(10.947,35)	(9.638,86)
Outros recebimentos/pagamentos		(4.957,35)	(4.027,73)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		57.800,82	1.883,33
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Depósitos a prazo		(100.000,00)	(100.000,00)
Investimentos financeiros			(29,13)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Juros e rendimentos similares		3.091,41	
Depósitos a prazo		200.000,00	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		103.091,41	(100.029,13)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4	160.892,23	(98.145,80)
Caixa e seus equivalentes no início do período		163.448,17	261.593,97
Caixa e seus equivalentes no fim do período		324.340,40	163.448,17

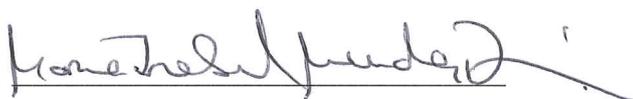
Lisboa, 14 de maio de 2025

A Direção



 1.º vice-presidente

O Contabilista Certificado n.º 7939



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

31.dezembro.2024

(Valores expressos em euros)

L. r.
11

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Instituto Português de Corporate Governance é uma Associação de direito privado, fundada em 15 de junho de 2004, pessoa coletiva com o número 506 665 909, com sede social na Avenida da Liberdade, n.º 196, 6.º piso, em Lisboa, que tem como objeto estatutário a investigação e divulgação dos princípios de Corporate Governance podendo para o efeito desenvolver todas as atividades adequadas a tal fim.

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo, aplicáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade da atividade, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, de acordo com a NCRF para entidades do sector não lucrativo.

b) Especialização dos exercícios

O Instituto Português de Corporate Governance segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas das Demonstrações Financeiras. Nesse sentido, a quotização de associados e outros rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

c) Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

Os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações e amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações e amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por referência ao início do exercício em que os ativos estão disponíveis para utilização, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada.

As taxas de depreciação e amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

	Anos de vida útil
Programas de computador	1 a 3
Equipamento administrativo	1 a 8

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros, contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), são contabilizados pelo seu justo valor.

e) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Instituto são mensurados ao custo ou ao custo amortizado quando apresentam as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada, usando o método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Estão incluídos nesta categoria:

- 1- Os Clientes e Associados, mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade;
- 2- Caixa e depósitos bancários, incluindo depósitos à ordem e a prazo, são mensurados ao custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal;
- 3- Outros ativos financeiros, incluindo “Estado e Outros Entes Públicos” e “Créditos a receber” mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal; e
- 4- Outros passivos financeiros, incluindo “Outros passivos correntes”, mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal.

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de apuramento de perdas por imparidade em cada data de relato. Os ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Os Associados com quotas em atraso de um ou mais anos são integralmente provisionados, sendo as perdas por imparidade registadas na rubrica “Perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e se essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidades de dívidas a receber”.

f) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes sobre o rendimento (IRC) são calculados de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, tendo em consideração o enquadramento jurídico e legal atribuído ao Instituto Português de Corporate Governance.

NOTA 4 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), o Instituto Português de Corporate Governance configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários (Artigo 54.º, nº 3 do CIRC).

As declarações fiscais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

O IRC foi calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis em vigor. De acordo com o número 3 do Artigo 11.º do CIRC, foram considerados como rendimentos sujeitos a tributação as formações, os rendimentos suplementares resultantes da venda de publicações e os juros obtidos de depósitos a prazo.

NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações e amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2024

Rubricas	Ativos fixos Tangíveis	Ativos Intangíveis
Ativos		
Saldo inicial	20 734,94	7 669,74
Aquisições	2 377,59	0,00
Saldo final	23 112,53	7 669,74
Depreciações e amortizações acumuladas		
Saldo inicial	19 397,50	7 669,74
Depreciações e amortizações do exercício	727,47	0,00
Saldo final	20 124,97	7 669,74
Ativos líquidos	2 987,56	0,00

Durante o ano de 2024, foram adquiridos um portátil, um monitor e uma firewall.

2023

Rubricas	Ativos fixos Tangíveis	Ativos Intangíveis
Ativos		
Saldo inicial	20 734,94	7 669,74
Aquisições	0,00	0,00
Saldo final	20 734,94	7 669,74
Depreciações e amortizações acumuladas		
Saldo inicial	18 930,52	7 669,74
Depreciações e amortizações do exercício	466,98	0,00
Saldo final	19 397,50	7 669,74
Ativos líquidos	1 337,44	0,00

2024

Investimentos financeiros - Fundo Compensação Trabalho	
Ativos	
Saldo inicial	130,88
Aumentos / (diminuições)	0,00
Aumento por justo valor	0,00
Saldo final	130,88

2023

Investimentos financeiros - Fundo Compensação Trabalho	
Ativos	
Saldo inicial	101,75
Aumentos / (diminuições)	29,13
Aumento por justo valor	0,00
Saldo final	130,88

O Fundo de Compensação do Trabalho e o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho foram criados em 2013 e encerraram em 2023. As contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho cessaram em maio de 2023, com a entrada em vigor das alterações ao Código do Trabalho. Já as contribuições para o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho estão suspensas durante a vigência do Acordo de Médio Prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade.

O DL n.º 115/2023, de 15 de dezembro, vem alterar os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos pela Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto e definir que as entidades empregadoras podem agora recuperar o saldo acumulado no FCT e investir em favor dos seus colaboradores. Os empregadores podem recuperar os valores através de: (1) financiamento da formação certificada dos trabalhadores, (2) habitação dos trabalhadores, (3) investimentos acordados com trabalhadores (ex.: refeitórios, creches) e (4) pagamento de compensações por cessação do contrato de trabalho. Neste contexto, após 2026, os montantes não reclamados serão transferidos para o Fundo de Garantia.

NOTA 6 - CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos de créditos a receber apresentavam-se da seguinte forma:

2024

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Créditos a Receber:				
Clientes	2 951,62	3 003,61	2 951,62	3 003,61
Outros	605,00	0,00	605,00	0,00
	3 556,62	3 003,61	3 556,62	3 003,61

Em 31 de dezembro de 2024, o valor de clientes corresponde ao valor a receber, referente aos cursos “Programa Avançado para Administradores Não Executivos” e “Programa Avançado em Inteligência Artificial para Administradores” realizados em novembro e dezembro de 2024, respectivamente.

2023

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Créditos a Receber:				
Clientes	2450,00	2 951,62	2 450,00	2 951,62
Outros	0,00	605,00	0,00	605,00
	2 450,00	3 556,62	2 450,00	3 556,62

Em 31 de dezembro de 2023, o valor de clientes corresponde ao valor a receber, referente ao curso “Programa Avançado para Administradores Não Executivos” realizado em novembro de 2023.

NOTA 7 – ASSOCIADOS - ATIVO E PASSIVO E IMPARIDADE

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos com associados, apresentavam-se da seguinte forma:

ATIVO

Associados						
Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativos						
Associados	23 820,83	13 720,83	10 100,00	32 970,83	11 825,00	21 145,83
Total do ativo	23 820,83	13 720,83	10 100,00	32 970,83	11 825,00	21 145,83

PASSIVO

W.
16
R

Associados				
Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Passivos financeiros mensurados ao custo	Total	Passivos financeiros mensurados ao custo	Total
Passivos				
Associados	235,00	235,00	160,00	160,00
Total do passivo	235,00	235,00	160,00	160,00

IMPARIDADE

Perdas por Imparidade Acumuladas					
Descrição	31/12/2024				
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo final
Associados	11 825,00	8 070,83	0,00	6 175,00	13 720,83
	11 825,00	8 070,83	0,00	6 175,00	13 720,83

Perdas por Imparidade Acumuladas					
Descrição	31/12/2023				
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo final
Associados	11 200,00	4 350,00	0,00	3 725,00	11 825,00
	11 200,00	4 350,00	0,00	3 725,00	11 825,00

NOTA 8 – DIFERIMENTOS – ATIVO E PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estas rubricas têm a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Gastos a reconhecer		
Rendas e alugueres	8 473,62	2 585,79
Serviços especializados	2 652,86	9 288,09
Seguros	418,06	364,67
Quotizações	1 137,67	1 142,08
Outros	255,91	166,78
TOTAL VALORES ATIVOS	12 938,12	13 547,41
Ganhos a reconhecer		
Quotizações	450,00	150,00
Promoções para captação de recursos - Inscrições de Cursos	13 610,00	2 450,00
TOTAL VALORES PASSIVOS	14 060,00	2 600,00

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da rubrica "Rendas e Alugueres" inclui 6.000,00 euros, correspondentes às rendas do novo escritório para o período de fevereiro a abril de 2025.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da rubrica "Serviços Especializados" incluía o encargo com o Plano Estratégico SEO, um projeto que se encontrava em desenvolvimento para otimizar o site do Instituto e que foi concluído em 2024. Adicionalmente, esta rubrica contemplava ainda a aquisição de exemplares do livro "A Emergência e o Futuro do Corporate Governance em Portugal", destinados a serem oferecidos aos oradores dos eventos organizados pelo Instituto, tendo durante o ano de 2024 sido oferecidos 132 livros, no valor de 2.115,00 euros.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da rubrica "Promoções para Captação de Recursos - Inscrições de Cursos" refere-se à inscrição de cinco participantes no "Programa Avançado para Administradores Não Executivos", os quais não tiveram a oportunidade de frequentar as edições realizadas em 2024 e, como tal, poderão assistir ao curso em 2025. Em 31 de dezembro de 2023, na mesma rubrica, encontrava-se registada a fatura referente ao "Programa Avançado para Administradores Não Executivos", relativa a um participante que ainda não frequentou o curso.

NOTA 9 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Caixa	723,21	235,95
Depósitos à ordem	323 617,19	163 212,22
Depósito a prazo	0,00	100 000,00
TOTAL	324 340,40	263 448,17

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da rubrica 'Depósitos a Prazo' correspondia a um depósito constituído no decorrer de 2023, no montante de 100.000 euros, e com data de vencimento em 30 de maio de 2024. Em maio e junho de 2024, foram constituídos dois novos depósitos a prazo no montante de 50.000 euros cada, os quais foram resgatados em novembro e dezembro, respetivamente.

NOTA 10 – FUNDOS PATRIMONIAIS

O movimento nos Fundos Patrimoniais é apresentado na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Os Fundos Patrimoniais são constituídos pelos resultados de exercícios anteriores, correspondendo essencialmente às jóias e quotas de associados deduzidas dos custos do Instituto Português de Corporate Governance. De seguida é apresentada a sua evolução por anos:

Descrição	Valor
Constituído no Exercício de 2004 a 2014	56 660,16
Constituído no Exercício de 2015	-25 286,16
Constituído no Exercício de 2016	21 378,18
Constituído no Exercício de 2017	20 923,36
Constituído no Exercício de 2018	16 005,32
Constituído no Exercício de 2019	19 664,08
Constituído no Exercício de 2020	15 847,65
Constituído no Exercício de 2021	64 532,57
Constituído no Exercício de 2022	57 044,75
Constituído no Exercício de 2023	16 562,70
Total dos Fundos	263 332,61
Resultado líquido do exercício de 2024	35 105,01
Total dos Fundos Patrimoniais	298 437,62

NOTA 11 - FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de fornecedores tem a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Outros Fornecedores	2 785,72	6 395,71
TOTAL VALORES PASSIVOS	2 785,72	6 395,71

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de adiantamentos a fornecedores tem a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Outros Fornecedores	25 207,77	4 503,12
TOTAL VALORES PASSIVOS	25 207,77	4 503,12

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica "Adiantamentos a Fornecedores" inclui o montante de 16.695,00 euros, referente a pagamentos efetuados à ALTIS pela organização da:

- 1.ª Edição do Programa Avançado em Inteligência Artificial para Administradores,
- 12.ª Edição do Programa Avançado para Administradores Não Executivos,
- Reunião e jantar do Conselho Geral,
- Reunião da Direção.

Cujas faturas ainda se encontram pendentes de emissão.

Em 31 de dezembro de 2023, esta mesma rubrica incluía dois pagamentos a prestadores de serviços, realizados em julho e dezembro de 2023, no montante total de 1.960,00 euros, cujas respetivas faturas foram emitidas em janeiro de 2024.

NOTA 12 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
IRC – Autoliquidação	4 435,89	7 358,35
Retenção IRS Trabalho Dependente	2 679,00	2 505,00
Retenção IRS Trabalho Independente	2 097,87	3 000,00
Retenção IRC Prediais	487,33	477,03
Contribuições Segurança Social	2 990,34	2 763,90
TOTAL VALORES PASSIVOS	12 690,43	16 104,28

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “IRC – Autoliquidação” corresponde à estimativa de imposto corrente e aos pagamentos por conta pagos e retenções na fonte, nos montantes de 9 055,68 euros e 4 619,79 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica “IRC – Autoliquidação” corresponde à estimativa de imposto corrente e aos pagamentos por conta pagos, nos montantes de 13 457,89 euros e 6 099,00 euros, respetivamente.

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS E PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Acréscimos de rendimentos – juros a receber	0,00	1 633,80
TOTAL VALORES ATIVOS	0,00	1 633,80
Honorários	15 525,58	5 771,50
Remunerações a pagar	7 827,20	6 848,80
Trabalhos Especializados - auditoria	3 218,00	3 087,30
Trabalhos Especializados - Cursos	5 534,65	1 291,50
Outros Fornecimentos de serviços externos	18 394,14	3 711,57
TOTAL VALORES PASSIVOS	50 499,57	20 710,67

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da rubrica 'Acréscimos de Rendimentos – Juros a Receber' correspondia aos juros associados ao depósito a prazo detido pelo Instituto, no montante de 100.000 euros.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Honorários” inclui, essencialmente, os honorários relativos ao acompanhamento e monitorização do CGS no 4.º trimestre de 2024, os honorários da Diretora-Geral do 4.º trimestre de 2024 e a prestação de serviços extra referente ao 4.º trimestre de 2024, prestada pela Master Vision.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Trabalhos Especializados - Cursos” inclui essencialmente honorários dos docentes da 1.ª edição do “Programa Avançado em Inteligência Artificial para Administradores” e da 11.ª edição e 12.ª edição do “Programa Avançado para Administradores Não Executivos”.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Outros Fornecimentos de Serviços Externos” inclui essencialmente os gastos com o ALTIS, responsável pela organização da 1.ª edição do Programa Avançado em Inteligência Artificial para Administradores, da 12.ª edição do Programa Avançado para Administradores Não Executivos e da reunião do CG e da Direção no valor de 16 695,00 euros. Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica englobava os gastos com a cobertura de vídeo de três eventos promovidos pelo Instituto, que foram emitidos durante o 1º trimestre de 2025.

NOTA 14 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Quotas dos associados	280 155,00	233 522,91
Promoção para captação de recursos	133 798,75	128 281,75
TOTAL	413 953,75	361 804,66

Durante o ano de 2024 decorreram a 11ª edição e 12ª edição do “Programa avançado para administradores não executivos”, nos meses de maio e novembro, respetivamente. Decorreu também a 1ª edição do “Programa Avançado em Inteligência Artificial para Administradores” no mês de dezembro de 2024.

Durante o ano de 2023 decorreram a 9ª edição e 10ª edição do “Programa avançado para administradores não executivos”, nos meses de maio e novembro, respetivamente.

NOTA 15 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Trabalhos Especializados	96 360,66	83 316,74
Publicidade e propaganda	6 457,50	692,49
Honorários	79 714,07	58 053,32
Reuniões Conferências (Org. Eventos)	66 219,49	86 653,27
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	239,85	115,62
Material de Escritório	1 278,85	1 880,54
Artigos de oferta	3 377,16	4 095,34
Deslocações e Estadas	3 641,71	3 839,13
Rendas e Alugueres	31 836,81	26 950,95
Comunicação	1 904,90	2 457,79
Outros Serviços	1 174,72	1 812,25
TOTAL	292 205,72	269 867,44

Durante o ano de 2024, foram realizados os seguintes cursos:

- 11.ª e 12.ª edições do Programa Avançado para Administradores Não Executivos;
- 1.ª edição do Programa Avançado em Inteligência Artificial;
- Duas edições do Programa de Desenvolvimento em Corporate Governance, no âmbito do programa Metamorfose.

Além disso, foram realizadas duas grandes conferências:

- 'ESG - Environmental, Social and Governance', em parceria com as Big Four;
- 'Sustentabilidade: Governance e Transparência'.

Todos estes eventos tiveram impacto nas rubricas "Reuniões e Conferências (Organização de Eventos)", "Trabalhos Especializados" e "Honorários". No ano anterior, estas rubricas incluíam também os gastos com a Gala do Instituto.

NOTA 16 - GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Remunerações do pessoal	55 391,07	49 110,44
Encargos patronais para a Segurança Social	11 459,67	10 086,05
Seguro para Acidentes de Trabalho	442,66	407,45
Outros	173,70	185,20
TOTAL	67 467,10	59 789,14

Os órgãos diretivos e sociais do Instituto, não auferem qualquer remuneração fixa, de acordo com os Estatutos do Instituto.

Em 2024 e 2023, a média de funcionários dependentes ao serviço do Instituto foi de 2.

NOTA 17 - OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Correções de exercícios anteriores	0,00	2 060,00
Outros não especificados	3,93	2,16
TOTAL	3,93	2 062,16

NOTA 18 - OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Impostos (inclui IVA e S. Selo)	2,76	6,41
Dívidas Incobráveis	6 125,00	650,00
Correções relativas a períodos anteriores	135,30	0,00
Donativos	621,60	1 350,00
Quotizações	2 754,41	2 649,02
Outros	349,88	76,04
TOTAL	9 988,95	4 731,47

Durante 2024, a direção decidiu efetuar o write-off de saldos em dívida há mais de um ano, considerados incobráveis.

NOTA 19 - JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Juros	2 488,08	1 633,80
TOTAL	2 488,08	1 633,80

NOTA 20 – ENTIDADES RELACIONADAS

O Instituto Português de Corporate Governance não participa em qualquer entidade.

Informa-se que relativamente ao Programa Avançado para Administradores não Executivos 11.ª e 12.ª edição, foram docentes os membros dos Órgãos Sociais que a seguir referenciamos:

Do Conselho Fiscal

Professor Doutor Manuel Ramos de Sousa Sebastião (Presidente)

Mais se informa que o Dr. Pedro Miguel Mendes (Vogal do Conselho Fiscal) é Partner da Deloitte Portugal, empresa auditora do IPCG.

NOTA 21 – OUTROS ASSUNTOS

A instabilidade económica global, agravada por tensões geopolíticas e pressões inflacionistas persistentes, continua a impactar a atividade empresarial. Face a este contexto, a Direção mantém o compromisso de adotar medidas que visam mitigar os riscos e assegurar a sustentabilidade da organização.

Além deste fator, que afeta direta ou indiretamente todas as empresas, não ocorreram outros eventos relevantes que justificassem ajustamentos nas demonstrações financeiras do Instituto.

No entanto, conforme referido na Nota 3 a), e com base em toda a informação disponível à data, a Direção considera adequado manter o pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

NOTA 22 – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

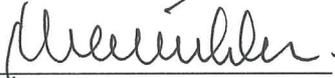
Não se identificaram eventos subsequentes com impacto relevante nas demonstrações financeiras do Instituto a 31 de dezembro de 2024.

NOTA 23 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Direção em 14 de maio de 2025.

Lisboa, 14 de maio de 2025

A Direção


Luís António

O Contabilista Certificado n.º 7939

